

AUTOMAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE: ROBÓTICA HUMANOIDE, AUTONOMIA MILITAR E TRANSFORMAÇÃO DA OPERACIONALIDADE NO SÉCULO XXI

A robótica militar e os sistemas autônomos redefinem o combate e a logística nas forças terrestres; analisamos plataformas como Phantom MK1 e Atlas, a doutrina da OTAN e os desafios do Exército Brasileiro sob a ótica do DOAMEPI para integração dessas capacidades.

Erick Betat*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A incorporação de robôs humanoides e sistemas terrestres autônomos às forças terrestres sinaliza uma inflexão estrutural na forma de conceber logística e o combate em si, desde sua geração de poder neste século. Plataformas emergentes, como o humanoide Phantom MK1, a família Atlas da Boston Dynamics e os sistemas terrestres da Teledyne FLIR, demonstram que a robótica militar deixou o campo experimental para ingressar em ciclos reais de aquisição, experimentação e emprego em missões de transporte, reconhecimento, engenharia (como por exemplo aberturas de brecha), proteção e apoio de fogo. Em paralelo, a OTAN consolida um quadro de referência para a autonomia em defesa, enfatizando princípios de uso responsável, interoperabilidade e integração em “*systems of systems*”, evidenciando que a disputa por superioridade robótica integra a competição geopolítica contemporânea.

Sob a ótica da economia política da defesa, esses sistemas situam-se simultaneamente nos campos de poder científico-tecnológico e industrial-militar, pois dependem de cadeias globais de

semicondutores, sensores e *software*, ao mesmo tempo em que reorientam o gasto militar e estimulam ecossistemas de emprego dual. Para o Exército Brasileiro, a adoção dessa categoria de capacidades exige enquadramento no acrônimo DOAMEPI (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura), bem como políticas específicas de integração de inteligência artificial na fabricação, manutenção, distribuição nacional (posicionamento estratégico geográfico) e planejamento de quantidades aplicadas por sistema, empregados nas especialidades das armas, quadros e serviços.

1. INTRODUÇÃO

A convergência entre robótica avançada, inteligência artificial (IA), sensores de alta resolução e segurança nas comunicações (em especial aspectos relacionados a criptografia e cibernética) está remodelando o modo como forças terrestres planejam e executam operações. Funções historicamente desempenhadas por soldados, tais como transporte de suprimentos em áreas contestadas, inspeção de infraestrutura sob fogo, reconhecimento aproximado e mesmo certos tipos de engajamento pelo fogo, passam a ser gradualmente compartilhadas ou assumidas por plataformas autônomas, que operam com maior persistência e menor vulnerabilidade fisiológica (NATO, 2022; JAPCC, 2016).

No plano geopolítico, a corrida por sistemas autônomos insere-se numa disputa de caráter sistêmico: Estados e alianças não buscam apenas importar robôs, mas controlar cadeias de valor críticas, dominar tecnologias habilitadoras e definir padrões normativos para a sua utilização. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em seu plano de implementação da autonomia, explicita que sistemas autônomos são hoje instrumentos centrais para preservação da superioridade tecnológica, reforço da dissuasão e aumento de resiliência em face de competidores estratégicos. Nesse contexto, o Brasil enfrenta a escolha entre ser apenas mercado consumidor de capacidades prontas ou construir, de forma gradual, um arcabouço próprio de desenvolvimento, integração e emprego de robótica militar (DEFENCE LEADERS, 2025; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023).

Este artigo, de natureza exploratória, analisa a robótica humanoide e autônoma como vetor de poder científico-tecnológico e militar, com ênfase na força terrestre. Examina-se, inicialmente, o papel desses sistemas no campo de poder da defesa; em seguida, discutem-se especificações técnicas e potenciais de emprego de plataformas-chave; posteriormente, abordam-se a orientação doutrinária da OTAN e, por fim, as exigências para a transformação do Exército Brasileiro à luz do DOAMEPI, culminando em recomendações práticas para decisores.

2. ROBÓTICA MILITAR COMO EXPRESSÃO DE PODER CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO

A robótica militar é expressão concreta de poder científico-tecnológico, pois sintetiza avanços em mecânica de precisão, eletrônica, ciência de materiais, IA e segurança cibernética em sistemas projetados para operar em ambientes hostis. A capacidade de desenvolver, integrar e sustentar esses sistemas torna-se um indicador de maturidade de uma nação em tecnologias emergentes e, por extensão, de sua autonomia estratégica em defesa.

No campo estritamente militar, a inserção de sistemas terrestres autônomos altera o balanço entre massa humana, fogo e informação, ao aumentar a densidade de sensores e a capacidade de vigilância, sem elevar proporcionalmente o número de soldados expostos ao risco. Exercícios conduzidos por países membros da OTAN mostram a integração de veículos terrestres não tripulados, robôs de desminagem, plataformas de reconhecimento e sistemas de contramedidas em cenários que vão do ambiente urbano à proteção de infraestruturas críticas (NATO, 2025).



Figura 1: Sistemas autônomos em exercícios militares da OTAN – REPMUS (NATO, 2025).

Para potências médias, a robótica militar pode representar oportunidade de salto qualitativo, desde que articulada com políticas industriais, programas de pesquisa e desenvolvimento e mecanismos de transferência tecnológica que evitem dependência integral de fornecedores estrangeiros em componentes sensíveis. Esse é particularmente o caso do Brasil, que busca modernizar sua força terrestre ao mesmo tempo em que procura consolidar uma Base Industrial de Defesa capaz de ofertar soluções de uso dual, competitivas no mercado internacional (BRASIL, 2023).

3. PLATAFORMAS HUMANOIDES E SISTEMAS TERRESTRES AUTÔNOMOS

A atual geração de robôs humanoides e sistemas terrestres autônomos evidencia diferentes filosofias de projeto, orientadas a problemas distintos do campo de batalha.

Comparação de Plataformas Robóticas Terrestres

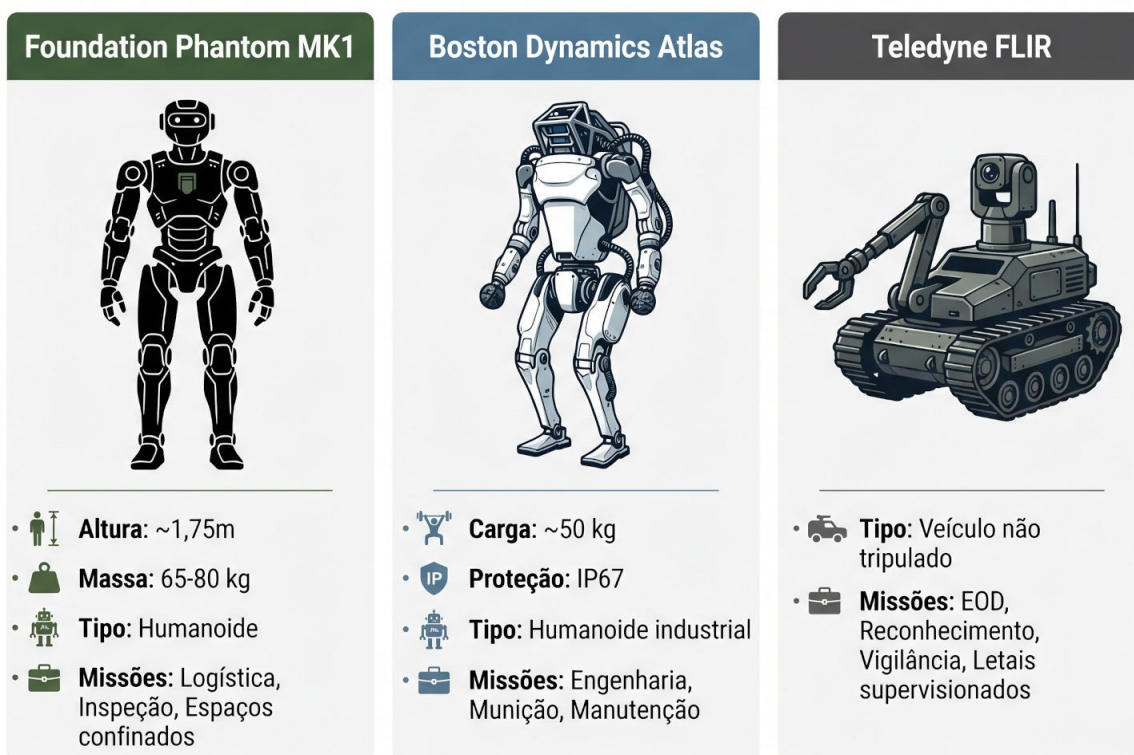


Figura 2: Comparativo de Plataformas Robóticas Terrestres (Elaborado pelo autor com apoio de IA, 2026).

O Phantom MK1, desenvolvido pela *startup* norte-americana Foundation, ilustra a tendência de humanoides otimizados para interação em ambientes concebidos para humanos. Fontes abertas apontam para um robô com cerca de 1,75 metro de altura, massa em torno de 65 a 80 quilogramas, dezenas de graus de liberdade (número de movimentos e flexibilidade de manobra em campo) e arquitetura de percepção baseada em múltiplas câmeras, com IA capaz de traduzir comandos de alto nível em movimentos e tarefas de manipulação, inspeção e transporte leve. Essas características o tornam candidato natural para funções de apoio logístico, inspeção em instalações, manuseio de materiais e atuação em espaços confinados, como túneis, porões e corredores urbanos (FOUNDATION, 2026a; FOUNDATION, 2026b).

Recentemente foi identificado seu emprego em missões de reconhecimento e combate na guerra na Ucrânia. Este evento caracterizou uma nova fase tecnológica dos conflitos, na qual drones e

robôs terrestres estão substituindo soldados em missões de alto risco, incluindo a captura de posições até a rendição de inimigos sem combate direto. Um único robô armado pode travar um avanço inimigo, reforçando a ideia de que sistemas não tripulados podem alterar o ritmo dos conflitos (CNN, 2026).



Figura 3: Robô humanoide Phantom MK1 da Foundation (Foundation, 2026).

A linha Atlas da Boston Dynamics, embora publicamente posicionada para aplicações industriais, demonstra um patamar elevado de mobilidade e capacidade de carga, com ênfase em agilidade, manipulação de cargas de até cerca de 50 quilogramas e resistência a condições ambientais adversas, como proteção IP67 (poeira e imersão temporária em água) e operação em ampla faixa de temperatura. Essa combinação sugere aplicabilidade em tarefas militares como movimentação de munição, apoio à engenharia de combate, montagem de posições e auxílio à manutenção em áreas de difícil acesso (BOSTON DYNAMICS, 2026a; BOSTON DYNAMICS, 2026b).



Figura 4: Nova geração do robô Atlas da Boston Dynamics (Boston Dynamics, 2026).

Já a linha de robôs terrestres da Teledyne FLIR segue paradigma diverso, privilegiando veículos compactos, sobre rodas ou lagartas, vocacionados para reconhecimento, eliminação de artefatos explosivos (EOD, *Explosive Ordnance Disposal*), vigilância e, progressivamente, integração de módulos de letalidade e estações de armas remotas. Em parceria com integradores como a AimLock, esses sistemas passam a incorporar algoritmos de aquisição de alvos e engajamento supervisionado, aproximando-se de configurações com autonomia cinética em determinados cenários de proteção de força (TELEDYNE FLIR DEFENSE, 2025).



Figura 5: Sistemas terrestres não tripulados da Teledyne FLIR (Teledyne FLIR Defense, 2025).

Conjuntamente, esses exemplos demonstram que a robótica terrestre não se limita à forma humanoide; o desenho do sistema é subordinado ao problema tático: ambientes saturados de obstáculos e escadas favorecem humanoides, enquanto terrenos abertos, campos minados e tarefas de EOD favorecem veículos não tripulados especializados.

4. EMPREGO LOGÍSTICO E TÁTICO

A aplicação mais imediata dos robôs terrestres está no que a literatura de logística militar denomina “última milha” (*last mile*), ou seja, o trecho mais vulnerável entre depósitos avançados e a fração em contato com o inimigo. A utilização de humanoides e veículos terrestres não tripulados para transportar munição, água, baterias, víveres e peças sobressalentes reduz a exposição de equipes de suprimento e mitiga o desgaste físico de tropas de combate, ao mesmo tempo em que permite reabastecimentos mais frequentes e flexíveis.

Em ambientes de alto risco, tais como áreas contaminadas, edificações instáveis, trechos sob observação inimiga direta, a combinação de telepresença e autonomia supervisionada possibilita inspeções, reparos emergenciais e desobstrução de vias sem que soldados se submetam ao mesmo grau de ameaça. Essa característica é particularmente relevante para as armas de Engenharia e para a logística de intendência e de material bélico, que frequentemente operam “sob fogo”, garantindo mobilidade e sustentação ao restante da força.

No que tange ao combate, as aplicações mais promissoras concentram-se em ações de engenharia em operações táticas de abertura de brecha, e das armas de manobra para o reconhecimento aproximado, segurança de flancos, emprego como sentinelas armadas em postos avançados e neutralização inicial de ameaças, especialmente em combate urbano e subterrâneo. Robôs empregados como “primeiro elemento” em entradas de edificações, túneis ou galerias podem identificar armadilhas, detecções químicas ou radiológicas e posições inimigas, reduzindo o risco para as frações humanas que os seguem. Além disso, a possibilidade

de um único operador supervisionar diversos sistemas gera ganho de densidade de sensores e de persistência em vigilância, configurando efeito de multiplicação de forças.



Figura 6: Conceito de “Última Milha Logística” com emprego de robôs terrestres (Elaborado pelo autor com apoio de IA, 2026).

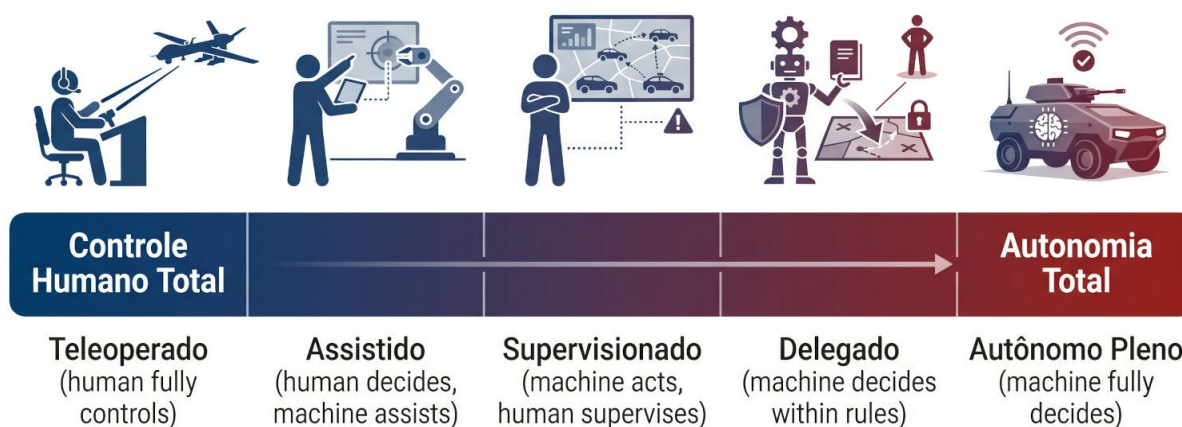
Por outro lado, limitações relativas à dependência de enlaces de dados, vulnerabilidade à guerra eletrônica e desafios de confiabilidade em ambientes altamente degradados recomendam prudência na delegação de funções letais a níveis elevados de autonomia, tema que está no centro do debate internacional sobre armas autônomas letais (STOP KILLER ROBOTS, 2025).

5. DOCTRINA DA OTAN PARA SISTEMAS AUTÔNOMOS

A OTAN consolidou, em seu “Autonomy Implementation Plan” e em princípios de uso responsável da IA, um conjunto de orientações para o emprego militar de sistemas autônomos. O documento estabelece, entre outros pontos, a necessidade de um entendimento comum sobre o que são sistemas autônomos, a adoção de padrões e políticas, a realização de exercícios e experimentação operacional e a implementação de medidas de segurança para prevenir interferências e usos indevidos (NATO, 2022).

Esse enquadramento doutrinário enfatiza que sistemas autônomos devem ser integrados como capacidades habilitadoras em redes de comando e controle, e não como substitutos integrais de combatentes humanos. Exercícios como o REPMUS, que reúnem plataformas marítimas, aéreas e terrestres não tripuladas, demonstram uma abordagem gradual: primeiro se valida a interoperabilidade técnica e tática, depois se modelam técnicas, táticas e procedimentos (TTPs) e

somente então se amplia a escala de emprego (NATO, 2025).



Posição da OTAN: controle humano significativo nas funções letais

Figura 7: Espectro de Autonomia em Sistemas Militares e a posição da OTAN (Elaborado pelo autor com apoio de IA, 2026).

No tocante à letalidade, a OTAN se ancora em princípios como legalidade, responsabilidade e governabilidade da IA, insistindo na manutenção de controle humano significativo sobre funções críticas de seleção e engajamento de alvos. Essa abordagem indica que, mesmo em cenários de automação avançada, o elemento humano permanece responsável por decisões sensíveis, sobretudo na aplicação da força letal.

6. DOAMEPI E EXIGÊNCIAS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

No Exército Brasileiro, a análise de transformação de capacidades é estruturada pelo acrônimo DOAMEPI: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura. A incorporação de robôs humanoides e sistemas autônomos exige avanços articulados em cada um desses eixos para evitar a aquisição de protótipos sem impacto real na prontidão operacional (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023).

Do ponto de vista doutrinário, infere-se que se devem ser definidas claramente missões, níveis de autonomia aceitáveis, regras de engajamento, requisitos de integração em sistemas de comando e controle, bem como alinhamento com as posições brasileiras em fóruns sobre armas autônomas, direito internacional humanitário e a doutrina estratégica da Força 40, que orienta a evolução para uma força moderna e tecnologicamente avançada até 2040 (Exército Brasileiro, EB10-P-01.025). Em termos organizacionais, a criação de subunidades de robótica vinculadas aos sistemas de combate e de apoio ao combate, bem como de centros de experimentação

operacional, permitiriam validar conceitos antes da disseminação em larga escala.

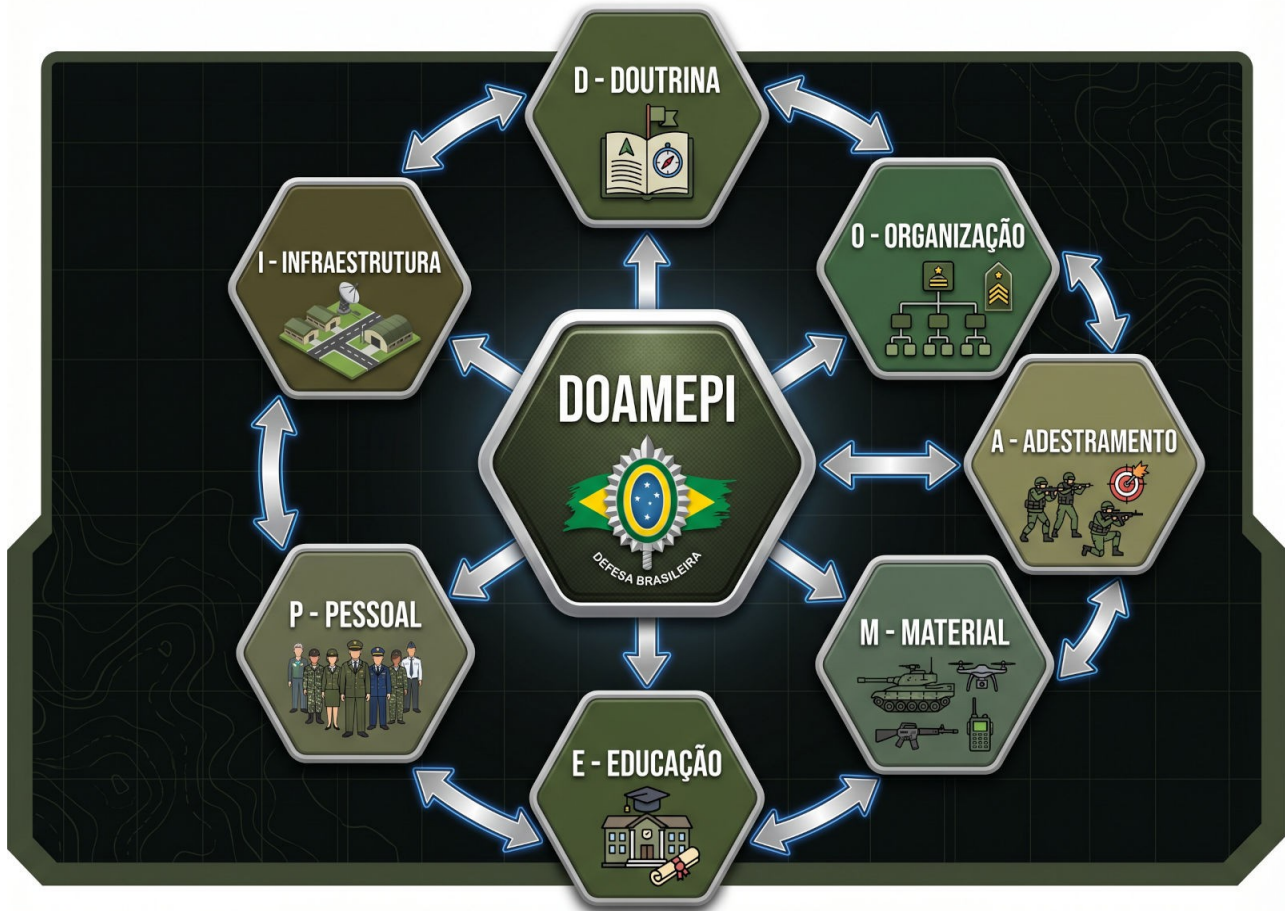


Figura 8: Framework DOAMEPI aplicado à robótica militar no Exército Brasileiro (Elaborado pelo autor com apoio de IA, 2026).

No eixo material, o Exército poderia desenvolver um portfólio escalonado, combinando humanoides para tarefas de manipulação em ambientes construídos, veículos não tripulados leves e médios para logística e reconhecimento e plataformas armadas ou modularizadas para proteção de força, vigilância de fronteiras e tarefas de engenharia especializada. A política de aquisição precisa privilegiar arquitetura aberta, interoperável e alinhada à Base Industrial de Defesa nacional, de modo a permitir nacionalização progressiva de componentes críticos e desenvolvimento de software nacional.

Educação e pessoal requerem atualização de currículos em escolas de formação e aperfeiçoamento, incluindo conteúdos de robótica, IA, cibernética e guerra algorítmica, bem como a criação de trilhas de carreira para militares especialistas em tecnologias emergentes. Em infraestrutura, torna-se indispensável investir em laboratórios, campos de provas instrumentados, centros de simulação, oficinas de alta tecnologia e redes seguras, capazes de sustentar ciclos contínuos de ensaio, manutenção e atualização de *firmware* e *software*.

7. BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL EM IA E ROBÓTICA

Com base nas tendências examinadas, podem-se destacar medidas concretas para decisores responsáveis pela transformação da operacionalidade da força terrestre, com ênfase na integração da IA em fabricação, manutenção, distribuição nacional e dimensionamento de meios e pessoal:

1. Definir uma estratégia nacional de robótica terrestre e IA em defesa, estabelecendo objetivos, marcos temporais e prioridades para robótica e IA no âmbito do Exército, alinhada às diretrizes do Ministério da Defesa e à política externa brasileira sobre armas autônomas, incorporando princípios semelhantes aos da OTAN para uso responsável.
2. Integrar IA nos processos de manufatura da Base Industrial de Defesa, incentivando, por meio de projetos estratégicos e encomendas tecnológicas, o uso de algoritmos de otimização em linhas de produção de robôs, componentes mecatrônicos e subsistemas, com adoção de modelos de gêmeos digitais (*digital twins*) para simular desempenho e antecipar falhas ainda na fase de projeto.
3. Aplicar IA à manutenção preditiva e à gestão do ciclo de vida, implantando sistemas de monitoramento de condição em robôs e veículos, integrados a plataformas de análise que permitam prever falhas, recomendar intervenções, otimizar estoques e fornecer aos escalões de comando uma visão em tempo quase real do estado de prontidão da frota.
4. Reconfigurar a distribuição nacional de meios com apoio de IA, empregando modelos que auxiliem na decisão sobre onde alocar determinados tipos de robôs – fronteiras sensíveis, áreas urbanas críticas, Amazônia, centros logísticos estratégicos – combinando variáveis como ameaça, terreno, infraestrutura e capacidade de apoio.
5. Dimensionar quantidades por sistema de armas, quadros e serviços, elaborando modelos de força que explicitem, para cada tipo de unidade (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, material bélico e intendência), a proporção desejada entre meios tripulados e não tripulados e as competências humanas necessárias para operar, manter e integrar esses sistemas.
6. Criar trilhas de carreira e serviços especializados em robótica e IA, instituindo qualificações específicas para oficiais e praças em robótica, IA, guerra cibernética e integração de sistemas, com incentivos à permanência e formação continuada, em articulação com universidades e centros de pesquisa.
7. Fortalecer a governança, a ética e a regulação interna de IA em defesa, por meio da criação de uma instância de governança responsável por validar algoritmos, supervisionar riscos, emitir diretrizes de emprego e garantir conformidade com o direito internacional humanitário e a legislação nacional, acompanhada de processos de auditoria técnica e operacional para sistemas autônomos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A robótica humanoide e autônoma desponta como um dos principais vetores de transformação da força terrestre, articulando dimensões tecnológicas, doutrinárias e econômicas e redefinindo a relação entre massa humana, fogo e informação no campo de batalha. As experiências da OTAN e de empresas líderes indicam que a integração bem-sucedida desses sistemas depende de muito mais do que a simples aquisição de plataformas, exigindo doutrina, padrões, experimentação, governança e uma base industrial capaz de absorver e desenvolver tecnologias críticas.

Para o Exército Brasileiro, a adoção de robôs humanóides e autônomos deve ser encarada como projeto de transformação de longo prazo, conduzido sob a lógica do DOAMEPI e ancorado em políticas que incorporem IA desde a fabricação, manutenção, distribuição nacional e dimensionamento de meios e quadros. As medidas propostas oferecem um roteiro inicial para decisores alinharem investimentos, reformas organizacionais e parcerias tecnológicas, de modo a posicionar a força terrestre brasileira não apenas como usuária tardia de tecnologias alheias, mas como participante ativa da construção da próxima geração de capacidades terrestres no ambiente estratégico global.

REFERÊNCIAS

Atlas. Boston Dynamics, 2026. <https://bostondynamics.com/products/atlas/>.

Boston Dynamics unveils new Atlas robot to revolutionize industry. Boston Dynamics, 2026.

<https://bostondynamics.com/blog/boston-dynamics-unveils-new-atlas-robot-to-revolutionize-industry/>.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Projetos Estratégicos*. 2023. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/cartilha_projetos-estrategicos_site_eng.pdf.

BRASIL. *Position on Autonomous Weapons Systems*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2024.

http://funag.gov.br/biblioteca/download/laws_digital.pdf.

KOTTASOVÁ, Ivana; TARASOVA-MARKINA, Daria; BUTENKO, Victoria. “Os robôs não sangram”: Ucrânia explica como obrigou russos a renderem-se e travou um avanço durante 45 dias sem a presença de qualquer humano. CNN Portugal, 19 de abril de 2026. <https://cnnportugal.iol.pt/guerra/drones/os-robos-nao-sangram-ucrania-explica-como-obrigou-russos-a-renderem-se-e-travou-um-avanco-durante-45-dias-sem-a-presenca-de-qualquer-humano/20260420/69e5f04ad34edcee7c63392c>.

Brazil's Army modernization: AI, armor, and strategic transformation. Defence Leaders.

<https://defenceleaders.com/interview/brazils-army-modernization-ai-armor-and-strategic-transformation/>.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *EB10-P-01.025 – Portaria do C Ex Nr 2.300 de 12 de agosto de 2024*. SGEx.

https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_2300_cmdo_eb_12agosto2024.html.

CALDEIRA, Aldélio Bueno. *A gestão da inovação tecnológica no Exército Brasileiro e a geração de capacidades*. Biblioteca Digital do Exército, 2023. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/12907>.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; GAMA NETO, Ricardo Borges. *The Brazilian Army's concept of*

transformation. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, Brasília, 2022.

<https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/75209/42161>.

Foundation Humanoid Robot: Phantom MK1 Overview, Military Plans, And Factory Deployments. FutureTEKknow, 13 de fevereiro de 2026. <https://futureteknow.com/foundation-phantom-mk1-humanoid-robot/>.

Humanoid robots. AI Wiki, 26 de abril de 2026. <https://humanoidspeccs.com/robots/foundation-phantom-mk1>.

HAIDER, Andre; **CATARRASI**, Maria Beatrice. *Future Unmanned System Technologies: Legal and Ethical Implications of Increasing Automation*. JAPCC – Joint Air Power Competence Centre, novembro de 2016.

<https://www.japcc.org/white-papers/future-unmanned-system-technologies/>.

Summary of NATO's Autonomy Implementation Plan. NATO, 13 de outubro de 2022.

<https://www.nato.int/en/about-us/official-texts-and-resources/official-texts/2022/10/13/summary-of-natos-autonomy-implementation-plan>.

REPMUS 2025: NATO Military Exercise with Autonomous Systems, UAV Swarms & AI Defense Technology. Beyond Vision (Canal YouTube), 7 de agosto de 2025. <https://www.youtube.com/watch?v=lZuOSrIq4yU>.

Cross-regional group of states ready to start treaty negotiations on autonomous weapons. Stop Killer Robots, 8 de setembro de 2025. <https://www.stopkillerrobots.org/news/september-2025-gge-joint-statement/>.

DSEI 2025: AimLock and Teledyne FLIR Defense collaborate on autonomous kinetic capabilities. AIMLOCK, 10 de setembro de 2025. <https://aim-lock.com/dsei-2025-aimlock-and-teledyne-flir-defense-collaborate-on-autonomous-kinetic-capabilities/>.

Teledyne Marine Awarded Long-Term UK MOD Contract to Support REPMUS Exercises. Teledyne Marine, 1.º de setembro de 2025. <https://www.teledynemarine.com/teledyne-marine-awarded-long-term-uk-mod-contract-to-support-repmus-exercises>.

CHEN, Wency. *UBTech wins US\$37 million deal to deploy humanoid robots at China-Vietnam border crossings*.

South China Morning Post, 2025. <https://www.scmp.com/tech/big-tech/article/3334081/ubtech-wins-us37-million-deal-deploy-humanoid-robots-china-vietnam-border>.

***Erick Betat** é coronel do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro, mestre em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da ECEME na linha de Gestão de Defesa, com sólida atuação na interface entre logística, educação corporativa e finanças aplicadas ao setor de Defesa. Possui dois MBAs – em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria e em Logística e Supply Chain Management. Comandou o 12º Batalhão de Suprimento em Manaus e operou no contingente brasileiro da Força de Paz no Haiti. Exerceu funções de comando e estado-maior como assessor técnico-normativo na Secretaria de Economia e Finanças do Exército, formulador de doutrina e analista do Centro de Doutrina do Exército, chefe da Seção de Planejamento e Integração da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida e chefe do Estado-Maior da 9ª Região Militar, além de ter atuado como assessor militar na Assessoria de Comunicação da Vice-Presidência da República em posição vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional.
